

11

A industrialização de Goiás: um caso de sucesso

REINALDO FONSECA

RESUMO

Apesar de ser um estado localizado no interior do Brasil, afastado dos principais mercados consumidores do país, de vocação agropecuária, Goiás soube criar as condições estruturais para seu desenvolvimento industrial. As explicações históricas, os fatos principais relacionados a esse desenvolvimento – o surgimento de lideranças empresariais, a mudança da posição do governo estadual, os planos, programas e projetos que propiciaram as condições infraestruturais, o crédito para o desenvolvimento, a expansão do mercado de consumo regional, a imigração empreendedora –, os resultados alcançados e as perspectivas futuras são abordados neste artigo.

ABSTRACT

Although the state is located in the interior of Brazil, far from the country's main consumer markets, and despite focusing on agriculture and cattle-raising, Goiás was able to create structural conditions for industrial development. This article will discuss the historical explanations, the main facts related to this development (the emergence of business leaders, the change of the state government's position, the plans, programs and projects that provided the infrastructural conditions, credit for development, market expansion for regional consumption, entrepreneurial immigration), the results achieved and future prospects.

UM POUCO DA HISTÓRIA

O Tratado de Tordesilhas

Espanhóis e portugueses dominavam os mares nos séculos XV e XVI e foram os principais responsáveis pelas grandes descobertas da época, reescrevendo as cartas marítimas de então, ultrapassando os limites imaginários da Terra, colocando o novo mundo no mapa. Era natural que conflitos surgissem entre os dois países na disputa por “terras futuras”. Para disciplinar os conflitos, foram assinados diversos tratados visando delimitar a área de ação naval de cada nação. Entre os diversos tratados, mencionam-se os principais: a Bula Inter Coetera, o de Tordesilhas, o de Alcáçovas e o de Madri. O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, assim chamado por ter sido realizado na cidade espanhola

de Tordesilhas, ampliava de cem léguas, fixadas no tratado anterior, para 370 léguas marítimas (correspondentes a 1.170 km) a linha divisória rumo oeste (longitude oeste) com ponto de partida nas ilhas de Cabo Verde. Assim acordado, as terras além do limite de 370 léguas a oeste pertenceriam à Espanha; e as terras a leste dessa marca, a Portugal. O traço dessa linha imaginária divisória, de norte a sul, atravessava exatamente no meio do que viria a ser o estado de Goiás, com marcos simbólicos em Belém (PA) e em Laguna (SC). A história comprovou que Portugal não respeitou esse tratado, avançando na ocupação do Brasil até quase o meridiano de 75°, ao norte, hoje estados do Acre e do Amazonas, e, ao Sul, até o meridiano de 58°, ponta oeste do hoje estado do Rio Grande do Sul – invasão que representou cerca de 130% a mais que o tamanho territorial demarcado no Brasil pelo tratado. Caso os portugueses houvessem respeitado o tratado, metade de Goiás, o oeste e o noroeste do Brasil seriam espanhóis.

Os primeiros moradores

A ocupação do território hoje chamado estado de Goiás data de milhares de anos. Essa surpreendente revelação está baseada na pesquisa coordenada pelo arqueólogo Altair Sales Barbosa, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), empreendida no sudoeste goiano, no município de Serranópolis, na qual testes de carbono 14 em esqueletos humanos e análise de imagens rupestres em cavernas dataram as amostras em 11 mil anos. Outras amostras foram localizadas em Caiapônia e na bacia do rio Paranã. Não existem estudos que possam esclarecer a origem dessa população. Uma hipótese provável é que tenha chegado a Goiás pelo “caminho das águas”, utilizando os vários rios da Região Norte que compõem as bacias dos rios Araguaia e Tocantins. Muito menos se sabe da etnia desses primeiros habitantes, designados como “Homem Paranaíba” e classificados como de civilização dos “caçadores-coletores”.

Outra hipótese a considerar, mais antiga, é a da união das placas tectônicas entre os continentes sul-americano e africano, este considerado berço da origem e evolução humana.

Os habitantes do Período Pré-Colonial

Pesquisas de diversos historiadores revelam que, no Período Pré-Colonial, habitavam a região goiana entre 15 e vinte nações indígenas. As mais conhecidas foram as tribos Goiasês (guaiás), Apinagés, Krakô, Caiapós, Xavantes, Acroá, Avá Canoeiro, Assus, Xaniobá, Tapinapés, Araés. Não há uma informação confiável sobre o quantitativo dessa população à época. As estimativas numéricas sugerem de 15 mil a 25 mil índios. O Censo do IBGE 2010 registra uma população indígena de 8,5 mil, número que não serve para comparações no tempo tendo em vista as divisões territoriais que o estado sofreu.

A ocupação dos portugueses no Período Colonial

Desde o início da colonização portuguesa, diversas bandeiras percorreram o território goiano, tendo como origem a Bahia, entrando por terra, e São Paulo, utilizando a bacia do rio Paranaíba e retornando pelo rio Tietê. Eram classificadas como bandeiras de passagem, para reconhecimento, e não para ocupação, merecendo citação a bandeira de Catarina da Silva e de Francisco Bueno (1682) que encontrou ouro às margens do rio Araguaia. As primeiras notícias de ocupação foram de missões jesuítas vindas do norte, sediadas em Belém do Pará, com a finalidade de evangelização dos índios. Essas bandeiras e missões religiosas enviavam a Portugal informações sobre riquezas minerais e o grande número de indígenas que se poderia escravizar. No início do século XVIII, começou-se a organizar bandeiras para a exploração de Goiás, partindo da província de São Paulo. A primeira bandeira formal com o intuito de explorar e permanecer na terra foi organizada sob o comando de Bartolomeu Bueno da

Silva, filho do bandeirante Francisco Bueno, e foi financiada por Domingos Rodrigues do Prado e João Leite. Partiu de São Paulo em 1722, com quinhentas pessoas, das quais 150 bandeirantes e 350 escravos e índios, adentrando Goiás em 1725, utilizando-se para locomoção as vias fluviais e abrindo picadas na floresta de Cerrado. Os motivos da bandeira foram a procura por ouro e a escravização de índios. Interessante frisar que as bandeiras eram negócios particulares, bancadas com recursos privados, sendo um negócio de aventura, de elevado risco. A recompensa esperada, através de documento, era a futura concessão das terras para exploração de minérios e a licença para escravizar silvícolas. Constatadas a existência de ouro de aluvião nos diversos rios percorridos e a possibilidade de reunir escravos, a ocupação do território ocorreu de maneira rápida. Entre 1725 e 1760, foram constituídos 25 arraiais mineratórios, de sul a norte do estado, e implantadas as fundições de Vila Boa de Goiás, 1752, e de São Félix, 1754. Estava assim delineada a primeira fase da economia goiana, baseada na atividade mineral, que proporcionava oportunidades a todas as outras pequenas atividades que lhe davam suporte. Não se tem um número exato da quantidade de ouro retirada de Goiás para o reino de Portugal a título de tributo (20% do volume) até o ano da Independência (1822); o que se sabe é que nesse período o estado de Minas Gerais era o grande produtor, seguido de Goiás, Mato Grosso e Bahia.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Em resumo, a organização político-administrativa do novo território teve a seguinte sequência:

- » 1728 – Estabeleceu-se a Superintendência das Minas de Goiás, cuja sede foi em Meia Ponte, hoje Pirenópolis, sob a responsabilidade de Bartolomeu Bueno da Silva, subordinada à Capitania de São Paulo.

- » 1733 – Assume o segundo superintendente, Gregório Dias da Silva.
- » 1749 – Foi constituída a Capitania de Goiás, com sede em Vila Boa de Goiás, hoje Cidade de Goiás, sendo nomeado como primeiro governador Dom Marcos de Noronha.
- » 1824 – Instituiu-se o regime administrativo como província, sendo seu primeiro presidente o próprio Imperador Dom Pedro I.
- » 1827 – Nomeado o segundo presidente da província de Goiás, Miguel Lino de Moraes.
- » 1832 – A partir desse ano, o governo da província passa a ser ocupado por goianos, na seguinte ordem: José Rodrigues Jardim, Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, José de Assis Mascarenhas e outros.
- » 1891 – A partir da Constituição de 1891, a divisão territorial administrativa das províncias passa a ser a de estado, e o primeiro governador do estado de Goiás foi Rodolfo Gustavo da Paixão. Interessante observar que a Constituição de 1891 previu a transferência da capital do país para o interior, fato consumado em 1960 com a inauguração de Brasília (DF).

O TERRITÓRIO GOIANO

No fim do século XVIII, a expansão territorial da capitania de Goiás foi de grande proporção. Seu ponto extremo, ao sul, era o paralelo 22°; e seu ponto extremo, no norte, era o paralelo 5°. O balizamento dessa extensão foi, sem dúvida, ao sul, as bacias dos rios Paranaíba e Grande e, ao norte, as bacias do Araguaia e Tocantins. Essa enorme quantidade de terra gerou cobiça de outras capitanias, como foi o caso de Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso, além de divergência na cobrança dos tributos. Para se ter uma ideia, no caso de Minas, a faixa de terra denominada Triângulo Mineiro pertencia à capitania de Goiás. A estimativa do

autor, na falta de outras, é a de que Goiás possuía uma área de cerca de 1 milhão km². As perdas para os três estados mencionados reduziram esse tamanho para 623,5 mil km². Em 1956, Goiás cedeu para a União, para estabelecimento da nova capital, 5,7 mil km² e, em 1988, cedeu, para a formação do estado do Tocantins, 277,7 mil km², restando, dessa forma, 340,1 mil km², o que situa o estado como no sétimo lugar em tamanho de área no país, com densidade demográfica de 17,6 hab./km, na 17ª posição.

A ECONOMIA: PERÍODO COLONIAL/IMPERIAL

O ciclo do ouro – 1726-1785

A causa inicial da ocupação de Goiás e de seu desenvolvimento foi a atividade mineral. O Brasil Colônia, grande produtor e exportador de açúcar, base de sua economia de então, viu os preços e as quantidades exportadas decaírem em razão da produção desse item na América Central, incentivada que foi pelos holandeses e ingleses. O reino de Portugal precisava encontrar outro bem exportável que substituísse a renda do açúcar, iniciando, então, uma política de estímulos, através de concessões de exploração, à penetração do interior brasileiro em busca de outras riquezas. A descoberta do ouro no fim do século XVII em Minas Gerais, nas regiões de Vila Rica (Ouro Preto), Ribeirão do Carmo (Mariana), São João Del Rei e Sabará, e depois em outros sítios, foi a melhor notícia que o rei lusitano poderia receber. Em razão disso e das outras descobertas de ouro em Mato Grosso e Goiás, a Coroa portuguesa decidiu transferir a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, para melhor controle da produção e exportação do metal.

O efeito da descoberta do ouro em Goiás, em 1726, nos sítios de Vila Boa (Cidade de Goiás)/Rio Vermelho e Meia Ponte (Pirenópolis), foi, primeiramente, estimular a busca do metal por toda a região; e as descobertas posteriores levaram à forma-

ção, em quarenta anos, de 25 arraiais mineratórios, espalhados geograficamente e cobrindo distâncias de 1 mil km entre os do sul e os do norte, fato que gerou a divisão administrativa em duas comarcas, a do sul, com sede em Vila Boa, e a do norte, com sede em Vila de São João. Esses arraiais e outros que foram sendo criados transformaram-se em povoados, depois vilas, e a maioria permanece até hoje, como cidades. Para listar os principais, por zona de ocupação – sub-região centro-sul: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, Vila Boa (Cidade de Goiás), Anta (Anápolis) Tesouras; sub-região do Tocantins: Alto Tocantins, Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Muquém, Santa Rita; sub-região norte – Arraiais, São Félix, Cavalcante, Natividade, Porto Real (Porto Nacional); e, espalhados em outras áreas, destacam-se Pilar, Crixás, Couros (Formosa).

A tecnologia de produção e os recursos humanos

A exploração do ouro se deu através do processo de aluvião, às margens ou nos leitos dos rios, utilizando-se bateias para peneirar o material juntado. O metal era retido na peneiragem, na forma de pó ou pepita. Dava-se preferência de trabalho ao período não chuvoso, no qual os rios perdiam profundidade e as correntezas eram mais lentas. Esse processo exigia grande quantidade de mão de obra para gerar maior produção, e a mão de obra utilizada era a escrava, comprada e trazida dos centros de distribuição de escravos, Pernambuco, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Por essa razão, ou seja, de exigir recursos financeiros para a compra de escravos, a atividade da busca do ouro era concentrada em poucos exploradores que detinham a maior parte da produção, deixando para milhares de aventureiros, com poucos recursos de mão de obra, a garimpagem de baixo resultado. Estima-se que, entre 1736 e 1750, estavam trabalhando em Goiás cerca de 20 mil escravos. Essa quantidade

aumentou até os anos 1770 para, a partir daí, ir diminuindo em razão da queda de produção e da produtividade até o ponto de não suportar os tributos cobrados. Os últimos sítios de mineração encontrados, no início dos anos 1800, sendo os principais Ouro Podre e Anicuns (1809), e as lavras de diamante nos rios Claro e Pilões não foram suficientes para deter o decréscimo da atividade.

A tributação sobre o ouro

O reino de Portugal tributava a produção do ouro de três maneiras distintas: cobrança de um quinto (20%) sobre a produção; ou cobrança por capitação/número de escravos na produção; ou derrama, pagamento mínimo de 1.500 kg/ano. A punição sobre o não pagamento ia da penhora dos bens dos mineradores, perda da concessão da exploração, até a prisão.

A tributação sobre o ouro foi uma das causas do movimento denominado Inconfidência Mineira. A forma da cobrança também gerou inúmeros atritos entre as capitanias/superintendências, como foi o caso de Goiás com o Pará e com Minas Gerais.

O preço do ouro

O ouro em pó era obrigado a ir para as fundições, que o transformavam em barra. O peso do ouro era medido em onças, que se dividia em oitava, que correspondia a 3,586 g. Por volta de 1750, uma oitava valia 1.550 réis. Relacionando o valor do ouro com o de outros bens, em Minas Gerais, 1 kg de ouro comprava 75 cabeças de gado, 2.250 sacas de milho de 30 kg ou um escravo africano.

A produção de ouro

A produção de ouro no Brasil Colonial foi estimada por diversos interessados, como historiadores, pesquisadores etc. A base dessas estimativas sempre foram os registros em Portugal – Casa da

Moeda – e os registros secundários em fundições. Qualquer estimativa feita esbarra na falta de dados sobre a sonegação e sobre o ouro empregado em igrejas, mosteiros, joias e monumentos. Selecionaram-se, neste artigo, as estimativas para o período 1697-1760 do historiador Virgílio Noya Pinto, que apontou 529 toneladas, e do pesquisador francês Michel Morineau, que encontrou 566 toneladas. A historiadora Rita de Souza Martins encontrou para o período 1753-1801 o total de 280 toneladas. Como a produção a partir de 1801 decaiu – e muito –, pode-se estimar, *grossa modo*, uma produção total de 850 toneladas de ouro até o ano de 1850.

As estimativas de produção de ouro em Goiás e Mato Grosso são mais raras. O que se sabe é que a grande produtora de ouro no Brasil Colonial foi Minas Gerais, com mais de 90% da produção total.

O economista Luis Estevam, em seu livro *O tempo da transformação*, citando o historiador Virgílio Noya Pinto, em *O ouro brasileiro e o comércio português*, informa os números expostos na Tabela 1.

TABELA 1 Estimativas de produção de ouro – 1700-1799, em toneladas

Estado	Quantidade
Minas Gerais	118,9
Goiás	28,8
Mato Grosso	10,7
Total	158,4

Fonte: Pinto *apud* Estevam (1998).

Verifica-se uma grande diferença entre os números citados para o Brasil e o total dos três estados, que somavam 98% da produção brasileira, o que leva a concluir que a produção de Goiás foi maior do que as 28,8 toneladas informadas no período mencionado. A participação percentual do estado de Minas Gerais sobre o total produzido nos três estados, no período, cai para 75%.

Avaliação do negócio do ouro

A exploração do ouro teve três fases distintas em Goiás, assim avaliadas economicamente:

- » 1726-1750: negócio lucrativo, sem risco, elevado coeficiente benefício/custo;
- » 1751-1770: negócio rentável, com risco, redução no coeficiente benefício/custo; e
- » 1771-1775: negócio rentável para poucos, com risco elevado.

A partir de 1775, deixou de compensar a compra de escravos para trabalhar na exploração do ouro, em razão da queda da produtividade ouro/trabalhador. Dessa forma, a atividade continuou com a mesma quantidade de mão de obra para uma produção decadente, não ocorrendo reposição. Como a taxa de mortalidade entre os escravos era alta, a esperança de vida baixa e a evasão crescente, o contingente de escravos na exploração do ouro foi se reduzindo, acompanhando a involução do negócio. O ciclo do ouro compreendeu o período de 1726 a 1810, atingindo seu auge no intervalo de 1736 a 1750.

Resultado do ciclo do ouro

O ciclo do ouro representou para Goiás a ocupação do território, sua expansão e sua atividade principal durante cinquenta anos. Essa atividade é que atraiu gente e surgiram habitações, povoados, vilas, estradas, fazendas e atividades de suporte à mineração, como o comércio. A população estimada em 1736 era de cerca de 20 mil habitantes; em 1750, cerca de 40 mil habitantes; e em 1783, cerca de 60 mil habitantes – e, na média do período, 75% desses habitantes eram escravos trabalhando na mineração. O ouro em pó serviu de “moeda de troca” no período e gerou renda para investimentos, gastos e para a importação de produtos manufaturados de Portugal, via portos da Bahia e do Rio de Janeiro, ensejando a melhoria das comunicações e o estabelecimento de uma rede comercial.

O estabelecimento das atividades de pecuária e agricultura

Uma das consequências da redução da exploração do ouro, a partir de 1785, foi a redução gradual da população. Os garimpeiros, conhecidos também como faiscadores, foram em busca de outros sítios de exploração, e parcela dos escravos foi deslocada para ocupações em outras capitanias. O censo de 1804 constatou que a população era de 50,5 mil habitantes, dos quais 19,8 mil escravos, invertendo-se, assim, a relação do período de expansão da mineração, no qual se constatou que 75% da população era escrava.

A questão que se colocava para os governantes da época era como encontrar novas atividades capazes de reter essa população na capitania de Goiás e promover sua ocupação definitiva. As atividades produtivas paralelas existentes, como a criação de gado bovino e lavouras de alimentos, eram direcionadas para o sustento da população dos sítios mineratórios, não produzindo excedentes para a comercialização.

A solução encontrada não foi diferente das soluções de hoje: **incentivos**.

Dom João VI baixou atos concedendo: isenção do dízimo por dez anos aos lavradores das margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão; isenção do dízimo ao transporte de mercadorias nos rios Araguaia e Tocantins em direção ao Pará; estímulos à navegação dos rios do sul-Paranaíba e afluentes; construção de presídios nas margens desses rios para dar segurança ao comércio; e revogação do alvará real que proibia a implantação de manufaturas no Brasil.

Mas a atividade que mais prosperou após o ciclo do ouro e que permanece até os dias atuais foi a da pecuária. As razões foram: a capitania já contar com investidores capitalizados pelo ciclo do ouro; extensão das terras; terras propícias à pecuária extensiva; facilidade de gestão da atividade ao exigir pouca mão

de obra; e uma rede de estradas e de navegação fluvial já existente que facilitaria o transporte do gado na aquisição (matrizes) e na venda do gado em pé ou do charque.

A atividade pecuária iniciou-se no Brasil com a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza na Ilha de São Vicente (SP), em 1534, que trouxe algumas cabeças de gado bovino das ilhas de Cabo Verde, e prosseguiu na capitania da Bahia, 1549-1550, no mandato de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, com os animais bovinos da raça zebuína e com os muares. O objetivo principal na importação dos bovinos era o trabalho nos engenhos de açúcar na Bahia e em Pernambuco, servindo de força motriz na moagem da cana e, também, no trabalho de transporte de cargas e pessoas, no conhecido “carro de boi”. Os muares já eram utilizados no transporte de cargas por serem animais de grande resistência.

O objetivo secundário dos bovinos era o fornecimento de leite, carne e couro. Com a decadência da produção de açúcar, a pecuária bovina foi se expandindo para o interior, com destaque primeiro para Feira de Santana e, depois, através do rio São Francisco, em cujas margens se localizaram as primeiras fazendas de gado, daí o rio ficar conhecido como o “rio dos currais”, chegando ao norte de Minas. Da Bahia, a atividade subiu para o Ceará, o Maranhão e o Piauí. A expansão da atividade chegou ao planalto central e a Goiás, via Bahia, Minas Gerais e capitania de São Vicente (SP). Ao sul do Brasil, tendo como ponto Pelotas, o gado existente nas missões jesuítas deu margem para a expansão da pecuária bovina e para a produção de charque, consumido em todo o Brasil.

O Brasil deve muito à atividade pecuária e à expansão territorial pela conquista do interior do país e sua ocupação permanente. A vantagem dessa atividade era seu poder de “auto-transportar-se” utilizando-se dos mais difíceis caminhos.

Surgiu dessa atividade uma nova profissão, que foi a de vaqueiro, ou seja, o gestor da boiada, e, apoiando o vaqueiro, havia empregados mamelucos e índios, estes por conhecer os caminhos para o interior. O vaqueiro era remunerado na forma de parceria: após cinco anos de serviço, tinha direito a 25% sobre o crescimento do rebanho; os demais empregados eram pagos pelos serviços prestados.

Para Goiás foram os fazendeiros de gado do Nordeste e, em maior quantidade, de Minas Gerais e de São Paulo. A atração que o estado oferecia a esses novos investidores era a extensão das terras e baixo custo de ocupação. Além disso, eram atraídos pelo clima propício ao criatório, pela topografia e pela mão de obra disponível oriunda da mineração desativada. As terras preferidas para a ocupação inicial foram as do sul e sudoeste goiano, pela capacidade de suporte das pastagens então existentes, nos atuais municípios de Rio Verde, Jataí, Mineiros, Quirinópolis, Caiapônia e vizinhos. Pelo centro-sul, a pecuária avançou pela região de Anápolis, Trindade, Itaberaí, Cidade de Goiás, daí subindo pelo oeste. Ao norte da capitania, hoje estado do Tocantins, o gado entrou vindo do Maranhão, do Pará, do Piauí, do Ceará e da Bahia. O clima quente era propício ao criatório do gado, mas as pastagens não tinham a mesma capacidade de suporte das do sul e sudoeste. A raça zebuína foi a que mais se adaptou às condições do Cerrado, mais especificamente, o gado tipo Gir e Nelore, por sua rusticidade.

Paralelamente ao desenvolvimento da pecuária, foram surgindo produções agrícolas destinadas ao mercado local, de arroz, milho, mandioca, açúcar, feijão e lavouras destinadas à exportação (seguindo o exemplo de São Paulo e Minas Gerais), como as de algodão e café. Um notável exemplo de produção agrícola foi o do Engenho São Joaquim, investimento do goiano Joaquim Alves de Oliveira, que, educado em São Paulo pelos jesuítas, fez fortuna no comércio do Rio de Janeiro. Retornan-

do a Goiás, decidiu investir na produção agrícola no município de Meia Ponte (Pirenópolis), que se encontrava em decadência econômica em razão do fim do ciclo da mineração. Construiu um dos maiores engenhos de açúcar do Brasil e, além da cana-de-açúcar, plantava em escala industrial mandioca, para a produção de farinha, e algodão para exportação, sendo o fio de algodão considerado, à época, um dos melhores do mundo. Pelo comércio intenso que mantinha com outras províncias, transformou Meia Ponte no centro comercial de Goiás. Para se ter uma ideia numérica do poder de negócio do engenho, este contava com trezentos muares para transporte de mercadorias e duzentos escravos fixos. Tempo houve no qual pela fazenda circulavam cerca de duas mil pessoas. É desse investidor o gesto nobre de adquirir uma tipografia – *Typographia Oliveira* – responsável pela edição do primeiro jornal da província de Goiás e do Centro-Oeste, o *Matutina Meia Pontense*, que circulou entre 1830 e 1835. Com a morte do investidor, em 1851, e posterior venda da propriedade, esta passou a se denominar Fazenda Babilônia. Em razão da importância histórica do empreendimento, sua sede foi tombada em 1965 como patrimônio histórico – Livro das Artes 480.

Pode-se considerar o Engenho São Joaquim o maior complexo agroindustrial da época, mantendo-se nessa posição por mais de cem anos.

Esse empreendimento serviu de estímulo a diversos outros em Goiás, de menor porte e, por sua importância social e econômica, mereceu os mais diversos comentários de historiadores, entre eles do francês August de Saint-Hilaire.

Diante das condições ambientais favoráveis, do avanço político da província de Goiás motivado pela independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro I (fato que repercutiu na valorização dos representantes locais em detrimento das autoridades portuguesas) e dos incentivos concedidos, a atividade pecuária

bovina cresceu e se desenvolveu em Goiás, assim como a agrícola, atraindo inúmeros investidores, principalmente de Minas Gerais e de São Paulo.

Alguns fatos e números servem para testemunhar o progresso nessa nova fase da economia: em 1826, foi inaugurado o primeiro hospital público na cidade de Goiás; o ensino foi regulamentado em 1835, mesmo ano no qual começou a impressão do Correio Oficial; em 1846, foi constituído o Liceu, proporcionando o curso secundário, e, em 1882, foi criada a Escola Normal; em 1868, iniciou-se a navegação a vapor nos rios Araguaia e Tocantins, com destino a Belém, encurtando o tempo da viagem; em 1891, o telégrafo chegou ao estado; e a população, que em 1824 contava com 62,5 mil habitantes, avançou para 227,5 mil em 1890.

Em 1909, o governo federal decide instalar em 19 estados, entre eles Goiás, a Escola de Aprendizes Artífices, em Vila Boa, que deu origem às escolas técnicas, hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Acontecimento importante que veio dar suporte à expansão da pecuária e da agricultura foi o rápido crescimento da região denominada Triângulo Mineiro, que pertenceu à província de Goiás, a qual, graças a sua vizinhança com o estado de São Paulo, tanto física quanto comercial, passou a ser um entreposto comercial para fornecimento de mercadorias e serviços para o oeste brasileiro, principalmente Goiás, e a principal porta de saída dos produtos goianos, em especial gado em pé e cereais, com predominância do arroz em casca.

A ECONOMIA: PERÍODO REPUBLICANO

No início do Período Republicano de nossa história, o estado de Goiás começava a chamar a atenção das autoridades republicanas bem como de investidores de outros estados para a potencialidade de sua economia. Mas perdurava uma dificuldade enorme nas comunicações por terra. As rodovias então existen-

tes ligando Goiás ao Triângulo Mineiro e daí a São Paulo, maior centro produtivo do país, não eram permanentes, em razão de serem de terra batida, ficando danificadas no período chuvoso, de manutenção precária, dificultando e atrasando o transporte por animais. Faltava uma ligação mais confiável, que viria a ser pela estrada de ferro, desejo das autoridades goianas ligadas ao sudeste e sul do estado. Fato que viria trazer esperanças dessa futura ligação foi o decreto imperial ampliando as linhas férreas da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro até o Triângulo Mineiro e daí até o rio Araguaia. Os trilhos da Mogiana chegaram a Uberaba em 1889, a Uberlândia em 1895 e a Araguari em 1896. Em 1904, outro decreto, dessa vez republicano, estabelecia a ligação férrea de Araguari até a Cidade de Goiás, então capital do estado. Foi dada concessão para a criação da Companhia Estrada de Ferro de Goiaz, encampada em 1920 pelo governo federal com o nome de Estrada de Ferro Goiaz.

A primeira etapa, concluída em 1914, da fixação dos trilhos foi de 233 km, saindo de Araguari (MG) passando por Anhanguera, Cumari, Goiandira, Ipameri e Urutaí – Roncador (GO) –, abrindo-se um ramal para Catalão-Ouvidor. Em Urutaí, estação de Roncador, a construção ficou paralisada até 1922 esperando a conclusão da ponte sobre o rio Corumbá. Ponte concluída, a estrada continuou por Pires do Rio, Engenheiro Balduino-Orizona, Vianópolis, Silvânia, Leopoldo Bulhões atingindo Anápolis em 1935, perfazendo 387 km de percurso. Somente em 1950 foi estabelecido um ramal para a nova capital, Goiânia, passando por Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás e Senador Canedo. Nos anos 1970, abriu-se um ramal em direção ao Distrito Federal passando por Luziânia.

A concessão dessa linha férrea, hoje, pertence à Ferrovia Centro-Atlântica, de acordo com a nova política de concessão do transporte férreo, que de Anápolis se interliga às ferrovias

do Sudeste, tendo como um dos portos de escoamento da exportação goiana o Tubarão, em Vitória (ES).

Fato paralelo e de grande importância econômica e social foi a conclusão da Ponte Afonso Pena, em 1909, sobre o rio Paranaíba, ligando Minas a Itumbiara (GO). Por essa ponte, o comércio entre o Triângulo Mineiro e o sul e sudoeste de Goiás se intensificou, criando sólidas raízes para a expansão da produção agrícola, que era financiada, beneficiada e embarcada em Uberlândia para o Sudeste do país.

Com a ponte fazendo a ligação com o sul e a estrada de ferro fazendo a ligação com o sudeste goiano, essas regiões foram bastante beneficiadas com água, energia, cinemas, hospitais etc. O Banco do Brasil instalou sua primeira agência no estado em Ipameri, em 1920. A imigração de Minas Gerais e de São Paulo se intensificou, e a maioria dos imigrantes, em busca das atividades do campo, na forma de novos proprietários. Mesmo com a valorização das terras rurais, o preço do hectare era vantajoso comparado com os preços praticados em Minas e São Paulo. Para se ter uma ideia do crescimento populacional, em 1900 foram recenseados 257,2 mil habitantes e, em 1920, 511,9 mil, um acréscimo percentual de quase 100%. Em 1920, a produção de arroz em casca em Goiás foi de 37,4 mil toneladas, a quarta produção nacional. As regiões sul e sudeste passaram a produzir cerca de 50% de toda a produção de cereais do estado.

A chegada dos trilhos em Anápolis propiciou a esse município iniciar uma próspera indústria de beneficiamento de cereais.

A mudança da capital do estado para Goiânia

Com a chegada dos trilhos em Anápolis e o crescimento da produção goiana no sul e sudoeste do estado, era chegada a hora de transferir a capital do estado da Cidade de Goiás para uma localização mais adequada aos interesses econômicos e sociais do estado. Essa providência já era incentivada desde os tempos

da província, por via de seu segundo presidente, Miguel Lino de Moraes (1827-1831), e, em especial, no Brasil do império, através do presidente Couto de Magalhães, em 1863. O primeiro governador do estado, no Período Republicano, Rodolfo Gustavo da Paixão (1890-1891), também defendia essa ideia, que prosperou a ponto de, na primeira constituição do estado, o artigo 5º dispor: “A cidade de Goiás continuará a ser a capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso”. A ideia era combatida e obstaculada pelos políticos ligados à hierarquia portuguesa na província e no império, e mais ainda quando do Brasil republicano, pelo controle político que exerciam. Ao empregar-se do governo goiano, em 1930, Carlos Pinheiro Chagas, em seu discurso de posse, enfatizou a necessidade da mudança da capital. Com a vitória de Getúlio Vargas na revolução de 1930, foi nomeado interventor em Goiás Pedro Ludovico Teixeira, no mesmo ano. Este já comungava as ideias mudancistas pelas vantagens que essa transferência oferecia e não tardou na tarefa de transferir a capital, nomeando em 1932 uma comissão para realizar os estudos da localização da nova capital. Em 1933, em 24 de outubro foi lançada a pedra fundamental da construção de Goiânia, nome escolhido por concurso público realizado pelo jornal *O Social*. O município de Goiânia foi criado pelo Decreto 327, de 1935. O Decreto 1.816, de 1937 formaliza a transferência da capital para Goiânia, que teve seu batismo cultural em julho de 1942.

A importância econômica da nova capital

Com o crescimento das atividades de pecuária e agricultura no sul, sudoeste e leste, a constituição de Goiânia provocou novo eixo de deslocamento geográfico rumo ao centro do estado. A nova capital intensificou o surto migratório para Goiás, criando novas oportunidades comerciais, industriais e de serviços, com isso atraindo não só trabalhadores, mas também empresários de

outros estados. A construção civil e sua cadeia de negócios, a indústria de alimentação e vestuário, a indústria gráfica, a imprensa, o comércio de atacado, os serviços de transporte, os serviços médicos, de engenharia e educacionais, os cursos superiores, os serviços bancários, a geração de energia hidráulica, enfim toda a gama de oportunidades que uma nova capital, bem situada geograficamente, com terras de cultura, clima e topografia favorável, poderia oferecer. Iniciava-se assim um novo ciclo de progresso da sociedade e da economia goiana. Para atestar o fato, em 1942, Goiânia tinha o dobro da população da Cidade de Goiás.

A formação e formalização de uma classe empresarial

A cidade de Anápolis, fim da linha férrea, sempre teve um clima temperado, dos mais agradáveis, em razão de sua altitude média de mil metros. Recebeu em 1926 o segundo hospital evangélico de Goiás, obra de uma colônia inglesa. Atraiu muitos comerciantes de origem árabe, além de paulistas e mineiros com experiência empresarial. Nasceu na cidade a primeira associação comercial e industrial de Goiás, a Acia, em 1935. Recebeu o município a primeira escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) no estado, em 1952. Instalou um dos primeiros campos de aviação comercial do estado, em 1941. Foi escolhida para sediar a primeira base aérea de aviões supersônicos em 1972. Em 1976 teve inaugurado o primeiro distrito agroindustrial planejado do Centro-Oeste brasileiro. Em 1937, os empresários da cidade de Goiânia, a nova capital, constituíram a Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (Acieg). Em 1941, foi constituída a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura. Em 1948, foi criada a Federação do Comércio. Em 1951, a Federação das Associações Rurais se transformou em Federação da Agricultura. Em 1952, foi constituída a Federação das Indústrias do Estado de Goiás. A Câmara (ex-Clube) dos Dirigentes Lojistas de Goiânia se instalou em 1961, criando-se em 1972 a Federação das Câmaras dos

Dirigentes Lojistas. A Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias foi constituída em 1963, contando hoje com mais de sessenta associados espalhados pelo estado. Solidificava-se assim a presença empresarial, através de suas representações, com o surgimento de líderes empresariais goianos que se destacaram, e se destacam, no plano nacional, bem como as associações e sindicatos dos trabalhadores. Os polos econômicos de Anápolis-Goiânia, Rio Verde-Jataí, Catalão-Pires do Rio-Ipameri, Vianópolis-Silvânia e Itumbiara-Morrinhos-Piracanjuba ganhavam nova dimensão e intensificavam os negócios com o Triângulo Mineiro e São Paulo.

Paralelamente a essa situação, o governo federal lançava em 1938 o programa Marcha para o Oeste e criava a Fundação Brasil Central, em 1943, ligada diretamente à Presidência da República.

Consolidava-se a ideia, no país, de que era preciso ocupar os espaços vazios, tomar conta do oeste e do norte, ir para o interior – preocupação que aumentou, por motivos de segurança nacional, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Junto com essa preocupação revigorou o desejo de mudança da capital federal, tese defendida pelo Brasil republicano.

O reflexo imediato da construção da nova capital e do desejo da política nacional de ocupar o interior brasileiro foi a intensificação da corrente migratória em direção a Goiás e Mato Grosso, principalmente de origem nordestina.

O impacto da construção de Brasília

A economia goiana, no início dos anos 1950, ainda absorvia os efeitos benéficos da mudança de sua capital, agora em um ritmo equilibrado, quando foi sacudida pela decisão do governo federal de construir Brasília, tomada em 1955, com início em 1956. Esta, sem dúvida, foi a decisão de maior impacto econômico e social que sofreu o estado ao longo do século XX. A nova capital exigiria um notável investimento em construções de prédios públicos, comerciais e residenciais, infraestrutura

ra de transportes, comunicações, saneamento, aeroportos, segurança, educação e saúde, dentre outras, além, é óbvio, de mão de obra básica, técnicos, profissionais de nível superior, professores, motoristas etc. Abria-se assim para o Brasil e, em especial, para Goiás, de imediato, uma oportunidade de mercado extraordinária para produtos elaborados, principalmente das cadeias de construção civil, alimentos, bebidas, vestuário, calçados, móveis e outras, para suprir a demanda das construções, da massa operária convocada para as obras e das famílias. Foi a grande chance de expansão da indústria goiana. As rodovias federais iniciaram a integração com Brasília e, no fim dos quatro anos da construção, em 1960, o estado de Goiás estava interligado a quase todas as capitais brasileiras. Iniciava-se um novo ciclo de crescimento da economia goiana em razão do acréscimo de um novo e poderoso mercado consumidor. Brasília atraiu brasileiros de todas as partes do país, e o crescimento de sua população e da renda por habitante atesta o tamanho de seu mercado de consumo.

O crescimento populacional de Goiás e do Distrito Federal

Cinco importantes acontecimentos aceleraram a ocupação e o crescimento populacional de Goiás, pela ordem: o ciclo do ouro; o surgimento e a expansão das atividades de pecuária e agricultura; a construção da Estrada de Ferro Goiás, hoje Ferrovia Centro-Atlântica; a mudança da capital do estado para Goiânia; e a construção e mudança da capital federal para Brasília. Quando se compara a evolução da população goiana, deve se levar em conta a criação, em 1988, do estado do Tocantins, que assumiu o novo território com uma população de 880 mil habitantes, destacada de Goiás (Tabela 2).

Quando se compara a evolução da população através das taxas geométricas de crescimento, tanto Goiás como Tocantins e Distrito Federal superaram a taxa média de crescimento do país,

fato que dá aos dois estados e ao Distrito Federal ganhos de participação relativa na população do país.

TABELA 2 Evolução da população, em números absolutos multiplicados por mil

Anos	Goiás	Distrito Federal	Tocantins
1900	277,00	-	-
1920	511,90	-	-
1940	826,40	-	-
1960	1.913,20	140,10	-
1980	3.860,10	1.176,90	738,8
1988	-	-	880,00
2000	5.003,20	2.051,10	1.155,90
2010	6.003,70	2.570,10	1.383,40

Fonte: IBGE.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

As razões principais que motivaram a sociedade goiana a acreditar em seu processo de industrialização foram:

- » o aumento contínuo da produção agropecuária através da incorporação de novas terras para exploração;
- » a implantação da Estrada de Ferro Goiás abrindo a perspectiva de deslocamento da fronteira agrícola para o oeste;
- » o crescimento da rede rodoviária/transportes/logística;
- » a garantia de fornecimento da energia hidroelétrica;
- » a formação e formalização, através de representação em entidades, de uma classe comercial e industrial ativa e reivindicadora de progresso;
- » o incentivo fiscal, com base no Imposto de Vendas e Consignação (IVC), concedido pela Lei 2000, de 1958, para as indústrias pioneiras, com prazo de dez anos, a encerrar-se em 1968;
- » mudança de atitude das autoridades políticas, em 1971, com relação à viabilidade da industrialização/nova política industrial;

- » programas de assistência técnica e de crédito dirigidos ao Cerrado brasileiro, em especial ao Centro-Oeste, pela política federal;
- » o ciclo moderno da mineração;
- » o mercado consumidor;
- » a qualificação da mão de obra industrial.

Detalha-se a seguir cada item relacionado com as necessárias informações e dados.

A produção agropecuária

O crescimento da agropecuária superou a demanda local e criou excedentes crescentes para a exportação para outros estados e para o exterior de produtos em estado natural. Surgia dessa constatação a oportunidade de se implantarem cadeias agroindustriais aproveitando a matéria-prima local. Ao serem implantadas essas agroindústrias, maior quantidade de insumos passou a ser demandada e, dessa forma, a produção agropecuária expandiu-se, bem como o consumo de outros insumos, como energia, recursos humanos, manutenção técnica, embalagens, transporte e outros. A causa e os efeitos interagem gerando maior produção e produtividade ao longo do tempo. As principais cadeias agroindustriais em operação são: carnes, laticínios, grãos (soja, milho, sorgo, feijão, arroz), temperos (alho, cebola, tomate), etanol/açúcar, couro/calçados, combustível/açúcar de cana, frutas.

Para exemplificar o desempenho, apresenta-se na Tabela 3 a produção agrícola dos principais produtos e sua posição em relação ao país.

TABELA 3 Produção agrícola de Goiás

Produto	Produção 2011 (mil t)	% Brasil	Posição Goiás/Brasil
Grãos (todos)	15.100,0	9,33	4º
Sorgo	813,9	42,15	1º

continua

continuação

Produto	Produção 2011 (mil t)	% Brasil	Posição Goiás/Brasil
Tomate (industrial/mesa)	1.440,9	32,62	1º
Cana-de-açúcar	54.903,0	7,48	3º
Feijão (três safras)	311,8	9,08	3º
Algodão herbáceo	425,8	8,40	3º
Soja	7.703,9	10,30	4º
Milho (três safras)	5.743,6	10,32	5º
Trigo	49,1	0,86	6º
Alho	46,7	32,61	1º

Fonte: Instituto Mauro Borges.

A Tabela 4 expõe os números relativos à produção pecuária em 2011.

TABELA 4 Produção pecuária de Goiás

Animais	Quantidade (milhões)	% Brasil	Posição Goiás/Brasil
Bovinos (cabeças)	21,7	10,22	3º
Suínos (cabeças)	2,0	5,21	5º
Aves (cabeças)	61,1	4,77	6º
Vacas leiteiras (cabeças)	2,6	11,26	2º
Leite (litros)	4.700,0	10,85	4º
Ovos (dúzias)	180,3	4,94	7º

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Pelo volume de produção apresentado, pela participação no total da produção nacional e pela posição em relação ao país, percebe-se que a cadeia agroindustrial de alimentos está adequadamente suprida do insumo principal, que é a matéria-prima. Registra-se que a agricultura goiana vem demonstrando índices de produtividade crescentes na relação produção/área plantada, em virtude de práticas modernas de plantio e colheita, mecanização, seleção de sementes e irrigação. Na pecuária bovina, a capacidade de suporte dos pastos aliada a um manejo técnico, à seleção de matrizes, ao controle rígido da sanidade e aos cuidados com o couro vêm colhendo bons resultados, além do fato de estar progredindo a prática de consorciação de pastagens com a silvicultura.

A pecuária avina, em razão do clima e de rações balanceadas produzidas com base no milho, soja e sorgo, vem experimentando uma expansão notável nos últimos dez anos, assim como a pecuária suína, esta em segundo plano.

Nos dois segmentos, agrícola e pecuário, há a destacar a contribuição técnica-científica decisiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), bem como, em nível de estado, a adoção de fundos de desenvolvimento da atividade, como é o caso do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária (Fundeppec), do Pró Algodão, do Programa do Trigo e dos incentivos creditícios à produção em nível de agricultura familiar, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)/Banco do Brasil. No setor pecuário, na produção de carnes, há que se registrar dois acontecimentos impactantes para o desenvolvimento dessa agroindústria: a implantação da Brasil Foods no sudoeste goiano, que atua em regime de parceria com os produtores de aves e suínos, prestando-lhes assistência técnica; e a internacionalização da indústria brasileira de carne bovina criando fortes conglomerados empresariais, fato que deu ao setor pecuário maior garantia no recebimento de suas vendas à indústria.

A Estrada de Ferro Goiás

Essa ferrovia foi fundamental para retirar Goiás do isolamento dos grandes mercados, incentivar a vinda de trabalhadores e investidores e estabelecer uma agropecuária fornecedora de produtos para o Triângulo Mineiro, que era a fronteira comercial do Centro-Oeste brasileiro. Desempenhou a ferrovia grande papel no transporte de arroz, café, gado, charque, minerais e outros produtos, bem como na importação de produtos manufaturados. Criou-se, ao longo do tronco central da ferrovia e de seus ramais um “corredor de progresso” que impulsionou a vida nas cidades gerando centros

urbanos que se tornaram um novo eixo de progresso do estado, oferecendo oportunidades comerciais, industriais e de serviços. Casas bancárias e o próprio Banco do Brasil cuidaram de estabelecer negócios nessa região. O surgimento de escolas e serviços médicos foi outro passo importante. Essa linha férrea está sendo operada atualmente pela Ferrovia Centro-Atlântica, em regime de concessão, operando na exportação e importação de produtos. Com a futura interligação com a Ferrovia Centro-Sul, seu papel no setor de transporte e logística vai aumentar.

O crescimento da rede de transportes

O Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás 1960-1964, que foi o primeiro documento na história do governo goiano apresentado à sociedade na forma de planejamento técnico, registrou para o ano de 1958 a situação da rede de rodovias exibida na Tabela 5.

TABELA 5 Rede de rodovias, em 1958

Rodovias	Extensão (km)
Federais	1.802
Estaduais	5.720
Municipais	28.000
Total da rede	35.522

Fonte: Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – Governo Mauro Borges Teixeira, 1961.

Do total da rede trafegável, somente 200 km eram pavimentados. Não há registro sobre a navegação fluvial. Sobre o transporte ferroviário, há a informação sobre a extensão das linhas em território goiano, 495 km, dos quais 428 km pertencentes à Estrada de Ferro Goiás, que integrava a Rede Ferroviária Federal. Os trechos em operação eram de Anápolis, com a Ferrovia Mogiana, até Araguari (MG) e, com a Rede Mineira de Viação, na estação ferroviária de Goiandira (GO).

As mudanças da capital de Goiás para Goiânia e da capital do país para Brasília, aliadas ao aumento da produção agropecuária que se expandia em todo o território goiano (prova disso é que Goiás alcançou a segunda posição nacional em produção de arroz), induziram o governo estadual e o federal a investir em transportes. Como resultado, apresentam-se na Tabela 6 os números da rede atual.

TABELA 6 Rede de transportes em 2011

Rodovias	Extensão (km)
Federais	4.505,7
Estadual coincidente	1.739,3
Estaduais	18.744,9
Municipais	64.690,9
Total da rede	89.680,8

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Entre 1958 e 2011, a rede física expandiu 152% e, o que é mais importante, a rede pavimentada saltou de 200 km para 13.291,1 km.

Dos 246 municípios goianos, somente seis, em 2011, não foram, ainda, acessados por estrada pavimentada.

A rede ferroviária, trecho estadual, composta pela Ferrovia Centro-Atlântica, está operando em 685 km; e a Norte-Sul inaugurou o trecho Palmas (TO)-Anápolis (GO), com 855 km, operação em teste (maio de 2014). O trecho total da Ferrovia Norte-Sul em Goiás abrange 1,2 mil km de extensão, e a previsão para todo o trecho operar é para 2016.

No começo dos anos 1990, iniciou-se a operação da hidrovía Tietê-Paraná, no rio Paranaíba, em Goiás, através do Porto de São Simão, no sul do estado.

Essa hidrovía tem a função importante de transportar, através de barcas, parcela da produção de cereais, em especial soja em grão e em farelo, até o porto de Pederneiras ou Anhembí,

em São Paulo, contribuindo, dessa forma, para reduzir o custo médio do frete até o Porto de Santos (SP).

Em síntese, o sistema rodoviário goiano está ligado ao sistema rodoviário nacional por rodovias pavimentadas que levam ao oeste, ao Norte, ao Nordeste, ao Sudeste e ao Sul do país, e trechos dessas estradas estão duplicados e outros trechos em processo de duplicação. As principais rodovias federais que cortam o estado permitindo as ligações interestaduais são a BR-153, a BR-060, a BR-364, a BR-414, a BR-452, a BR-352, a BR-020, a BR-040, a BR-050, a BR-158.

O sistema ferroviário será definitivamente incorporado ao sistema nacional através da Ferrovia Norte-Sul, que alcançará Estrela do Oeste em São Paulo, rumo ao sul, passando pelo sudoeste goiano.

O sistema hidroviário Tietê-Paraná está recebendo investimentos para expandir seu alcance e aumentar sua velocidade média.

O sistema de duto transporta, desde Paulínia (SP), combustível para Goiás, tendo como ponto final no estado o município de Senador Canedo. Em estudos, estão os dutos "gasoduto", para fornecimento de gás para a indústria, e "etanolduto", para possibilitar a exportação de etanol via São Paulo.

A Plataforma Logística de Goiás, em Anápolis, entrará em operação em 2015, contando com porto seco, ferrovias Centro-Atlântica e Norte-Sul, aeroporto de carga e entroncamento das principais rodovias federais que cortam o estado.

A energia

Um dos requisitos básicos para a expansão da indústria, em especial da indústria pesada e de mineração, é o suprimento de energia a um custo adequado.

Goiás, ao longo de sua história, utilizou-se dos vários tipos de energia disponíveis para a produção, a saber: dos animais, dos

escravos, do carvão vegetal, de gorduras animais, dos moinhos, do álcool, do querosene, do óleo diesel, do gás, para, finalmente, aproveitar-se da energia hidráulica, que tinha e tem o custo econômico mais vantajoso para o desenvolvimento industrial.

A industrialização goiana iniciou-se consumindo o carvão vegetal como fonte de vapor, depois o óleo diesel e, a partir dos anos 1940-1950, da energia hidroelétrica. Projetos pioneiros de geração de energia hidroelétrica ocorreram no início do século XX. Em 1920, tem-se notícia da implantação de uma usina termelétrica na Cidade de Goiás, a vapor, consumindo o carvão vegetal.

Mas foi em 1904, em Ipameri, que o major Aristides Rodrigues Lopes conseguiu, utilizando um locomóvel acoplado em uma roda d'água, gerar energia hidroelétrica. Esse projeto pioneiro deu origem à primeira hidroelétrica de Goiás, em 1914, com turbinas geradoras importadas da Alemanha e da Suécia, denominada Usina do Içá, no rio Vai-Vem. Esse fato deu enorme vantagem econômica e social ao município, atraindo a telefonia, cinema, pequenas indústrias artesanais, casas bancárias etc.

Em 1936, em razão da mudança da capital para Goiânia, inicia-se a construção da Usina Hidroelétrica do Jaó, inaugurada em 1937, acontecimento que acelerou o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Em 1945, graças a uma grande chuva e a entulhos, foi paralisada, voltando a produzir energia em 1947 e, em 1959, foi redimensionada, operando até o ano de 1970, quando foi desativada.

Em 1946, em Ipameri, o projeto da Usina do Içá é ampliado, passando a denominar-se Usina Hidroelétrica Major Aristides Rodrigues Lopes, permitindo a implantação das primeiras indústrias de porte, como de beneficiamento de arroz, charqueadas de carne bovina, fábrica de gelo e outros empreendimentos que foram atraídos pela oferta de energia.

Em 1949, inicia-se a construção da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Patrício (Chesp), inaugurada em 1956, que deu

suporte ao crescimento das atividades produtivas da região do Vale do São Patrício.

Em 1955, começam as operações da Usina de Rochedo, no rio Meia Ponte, com potência instalada de 4 MW, fato que impulsionou o estabelecimento de várias unidades industriais no centro-sul do estado.

Nesse mesmo ano, criam-se as Centrais Elétricas de Goiás (Celg), que iniciam em 1956 a construção da Usina de Cachoeira Dourada no rio Paranaíba, cuja primeira etapa foi entregue em 1959 com a potência de 32 MW.

A partir daí, a indústria pôde confiar no fornecimento regular de tão importante insumo, que, junto com a construção de Brasília, viria a proporcionar a oportunidade do caminho para a industrialização. Em complemento, o governo de Goiás editou a primeira lei de incentivo fiscal, para a implantação de indústrias pioneiras no estado, em 1958.

Em virtude de contar com excepcional bacia hidrográfica para a geração de energia hidroelétrica, Goiás avançou muito nessa produção, permitindo e atraindo grandes complexos industriais.

O estado contava em 2012 com 115 usinas produtoras de energia, de vários portes, algumas com produção independente. Como consumidores industriais, estavam registrados 12 mil estabelecimentos, com consumo anual da ordem de 3 milhões de MWh. A capacidade instalada de energia em 2012 era de 10.225.248,2 kW, a quarta do Brasil, representando 8,5% da capacidade instalada do país. Goiás exporta 60% da energia, o que gera situação confortável para estimular a instalação de grandes projetos industriais. Atualmente, em 2014, o setor industrial vem reclamando da qualidade do sistema de distribuição/subestações, que não está recebendo investimentos necessários para sua melhoria de qualidade em razão da negociação da venda da Celg Distribuição para a Eletrobras, que vem se arrastando nos detalhes financeiros de preço.

Cabe ainda mencionar que, pelo grande número de usinas produtoras de etanol e açúcar instaladas no estado, diversos projetos se habilitaram como produtores independentes de energia, gerando energia do bagaço da cana-de-açúcar, no período não chuvoso, condição essa que traz maior segurança ao sistema de oferta de energia. Outro dado importante é a existência de 15 projetos de pequenas centrais hidroelétricas (PCH) aguardando licenciamento para início da construção.

Estuda-se a viabilidade de estender a Goiás e ao Distrito Federal o gasoduto vindo do Oeste (Cuiabá) para atender aos grandes complexos industriais, especialmente os de mineração, nos quais o custo da energia representa um quesito fundamental.

A formação e formalização, por meio da representação em entidades, da classe empresarial

Tendo recebido imigrantes de várias partes do país, alguns com formação superior e empresarial, essa mistura proporcionou ao estado conhecimentos e anseios para avançar na formação de associações e federações representativas da classe empresarial que atuam com decisiva postura na defesa dos interesses da classe e do estado. A proximidade com Brasília estimulou e facilitou contatos com autoridades políticas e empresariais, através das confederações. Nas questões da industrialização, do crédito para o desenvolvimento e da competitividade dos produtos goianos no mercado local e nacional, o empresariado atuou unido, com reivindicações seguras e bem formatadas, aos governos federal, estadual e municipais, bem como defendeu os interesses do estado em âmbito nacional em parceria com o governo estadual. A sinergia do trabalho levou à formação do Fórum das Entidades Empresariais, composto por entidades da indústria, do comércio, da agricultura e da pecuária, no qual prevalece a sintonia e o equilíbrio nas decisões.

O movimento pela industrialização iniciou-se na década de 1950, época na qual ao estado de Goiás estava reservado o papel de produtor primário de bens, fornecedor de matérias-primas para o Sul e Sudeste do país. A classe política e empresarial dominante era ligada à agropecuária, que considerava a industrialização um sonho inatingível. A determinação do empresariado via suas representações convenceu o estado a criar uma política de incentivos fiscais para atrair investimentos industriais.

Ao mesmo tempo em que reivindicavam do governo, as federações da indústria e do comércio viabilizaram a implantação do Senai e do Serviço de Aprendizagem Industrial e Comercial (Senac), abrindo assim oportunidade para o ensino profissional no estado, dando uma demonstração de acreditar no desenvolvimento. Na criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), década de 1960, os incentivos federais alcançaram até o sul de Mato Grosso, ficando restritos à região norte de Goiás. Tamanha foi a reação negativa do empresariado goiano, que, a título de compensação, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). O empresariado goiano esteve envolvido em muitas lutas para viabilizar um estado industrial em Goiás, mas a mais importante delas foi convencer as autoridades políticas goianas dessa possibilidade, o que aconteceu a partir de 1971.

Importante mencionar que os investidores estrangeiros, ou de outros estados, quando visitam Goiás são bem recebidos pelas principais autoridades e muito bem recepcionados pelas entidades empresariais, que disponibilizam informações transparentes e se colocam à disposição para qualquer atendimento. As missões oficiais internacionais do governo de Goiás, visando atração de investimentos, são compostas de empresários representantes de suas entidades, bem como missões próprias patrocinadas pelas entidades empresariais são realizadas no exterior com frequência, em especial nas feiras industriais. Pela proximidade de

Brasília, constantemente essas entidades estão sendo visitadas pelos embaixadores estrangeiros sediados no Distrito Federal, o que fortalece o vínculo de negócios com o exterior.

Em suma, prevalece no estado de Goiás um clima propício ao investimento de qualquer origem, de desenvolvimento, e dos negócios, fortalecido pela parceria entre o governo e a iniciativa privada.

Incentivo fiscal estadual, 1958

Em 1958, o governo do estado entendeu a reivindicação empresarial de que era o momento oportuno para incentivar a industrialização, em razão da forte demanda por bens industriais provocada pela construção de Brasília. O estado editou a Lei 2000/1958, que concedia isenção do Imposto de Vendas e Consignações (IVC), por dez anos, para a instalação de indústrias pioneiras, com prazo de vencimento em 1968. Não foi encontrada uma estatística oficial de quantos projetos industriais se instalaram nesse período. Este autor possui uma estimativa que se situa entre cinquenta e sessenta novas indústrias, entre as quais a de maior porte foi o Moinho Goiás, cujo principal investidor era italiano. Mais do que números e desempenho, essa lei foi de grande importância estratégica para o avanço industrial ao começar a quebrar no governo estadual a resistência ao processo de industrialização.

A viabilidade da industrialização a partir de 1971

O governo de Goiás, no período de 1971-1974 foi ocupado por um jovem engenheiro, de tradicional família pecuarista e política. Dotado de uma visão econômica consoante à política nacional da época, solicitou à Federação das Indústrias que indicasse um nome para ocupar a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, o que foi feito. O novo gestor da secretaria iniciou o trabalho com a reestruturação administrativa da pasta, imprimindo uma política de ação integrada com as classes em-

presariais, abrangente, planejada e de visão futurista. Reuniu uma equipe técnica à altura das ambições das tarefas a serem produzidas, com um programa elegendo prioridades e fixando objetivos e metas. Os primeiros resultados vieram em forma de publicações técnicas, em razão da carência destas nos órgãos estaduais diretamente envolvidos com o desenvolvimento econômico. Foram criadas séries de cadernos informativos sobre a indústria, o comércio e o turismo. As principais foram: Goiás – um convite ao investimento (1971), Levantamento histórico e econômico dos municípios goianos (1971), Cartogramas socioeconômicos (1971), Programa de industrialização da carne bovina (1971-1972), Proposta para adoção de nova lei de incentivos fiscais para a indústria, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo em Caldas Novas (1972), Indicadores socioeconômicos nos principais municípios visando criar uma política de localização industrial, através de distritos industriais (1971-1972), Proposta de criação de um distrito industrial em Anápolis, Proposta de reorganização da Junta Comercial, com ampliação dos tradutores oficiais, Proposta de constituição das Centrais de Abastecimento e inúmeras outras. Esse trabalho causou impacto na administração pública e também na classe empresarial. Nunca, em tão pouco tempo, um órgão da administração centralizada havia produzido tão extenso trabalho e, o que é digno de registro, com resultados. Desses estudos e ações podem-se priorizar três que causaram um impacto enorme no desenvolvimento do estado, a saber: edição da Lei 7.380/1971, que adotou incentivo fiscal para novos investimentos na indústria com base no financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); a constituição da Companhia de Distritos Industriais de Goiás (Goiasindustrial), que foi a responsável pela construção dos distritos industriais em Goiás, tendo começado pelo Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia); o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo em Caldas Novas.

A “nova” Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo demonstrou para a sociedade, para os políticos e para a área empresarial que tinha um forte compromisso com o desenvolvimento do estado e, para esse fim, estabeleceu um plano, um programa e projetos viáveis e estava apoiada em uma equipe técnica competente e que, acima de tudo, acreditava na industrialização do estado. Tal atitude abriu as portas do estado para novos investidores, que passaram a contar com um apoio decisivo da secretaria.

A mudança da atitude do governo com relação à industrialização foi contínua e mais vigorosa. Em seguida à Lei 2.000/1958, foram editadas as leis 7.380/1971 e 7.700/1973, com incentivos maiores do que a anterior. Esta última isentava do ICM por cinco anos as indústrias que se instalassem em Goiás.

A secretaria implantou uma ideia e um projeto tão consistentes, que as várias gestões posteriores que se seguiram mantiveram esse projeto e até, em alguns casos, ampliaram-no.

Findo o prazo de vigência da Lei 7.700/1973 e diante das restrições do governo federal aos novos incentivos estaduais, o governo do estado recorreu ao modelo da Lei 7.380/1971, modelo esse de financiamento do ICM, concedendo 70% do valor do tributo como financiável e vinculando à obrigatoriedade do investimento do projeto. Foi instituído o Programa Fomentar através da Lei 9.489/1984. Essa nova lei, diante de uma nova conjuntura econômica de Goiás, conseguiu atrair cerca de trezentos novos projetos industriais, entre eles – e talvez os três projetos mais importantes para a agroindústria do estado – o da Arisco, hoje Unilever, o da Usina Jales Machado e o da Perdigão, hoje, Brasil Foods.

Estava assim consolidado no governo, no empresariado, na classe trabalhadora e na sociedade goiana em geral que o objetivo da industrialização era factível e estava se realizando, pouco a pouco.

Em 2000, a nova administração do governo estadual resolveu dar novo passo, editando a Lei 13.591/2000, ampliando os incentivos, em termos de financiamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e expandindo-os para outros setores, como comércio exterior, logística e distribuição. Essa nova fase do incentivo foi fundamental para Goiás atrair novos e pesados investimentos nos setores farmoquímico, montagem de veículos, destilarias de etanol/açúcar e fortalecer ainda mais a agroindústria, com programas específicos para a soja e derivados, leite e derivados, milho e derivados, carnes, trigo, algodão e outros setores da indústria, como o do vestuário, reciclagem, material de construção etc.

A partir de 1990, as estatísticas econômicas de Goiás mostram e confirmam o crescente desempenho da indústria, sua melhor distribuição espacial, em parte motivada pelos incentivos, sua diversificação, sua capacidade de gerar postos de trabalho, sua requisição por mão de obra qualificada, sua demanda por crédito, seu aumento na pauta de exportação e importação e, o que é mais importante, seus efeitos “para frente e para trás” na economia como um todo.

Programas de assistência técnica e creditícia federais

No fim dos anos 1960 e no decorrer dos anos 1970, o Centro-Oeste e, particularmente, o Cerrado brasileiro foram merecedores da atenção da política econômica do governo federal, a qual, em síntese, queria estimular o potencial de produção de alimentos que a região oferecia.

Foram criados os programas de apoio à melhoria da fertilidade do solo, de desenvolvimento da pecuária, da agricultura, da armazenagem de grãos, da produção de combustível e do aumento do crédito para o desenvolvimento via Banco do Brasil e BNDE e, ainda, foi instalada a Sudeco, a que, entre outras

atribuições, estava reservado o papel de planejar e acompanhar a ampliação da infraestrutura da região. Nesse período, paralelamente, há que se destacar programas do governo de Goiás de apoio à pesquisa mineral – Metais de Goiás S.A. (Metago) –, à habitação – Banco Nacional da Habitação (BNH) –, ao crédito – Banco do Estado de Goiás (BEG) e BDGoiás –, à ampliação da área agricultável – Goiásrural – e outros.

A década de 1970 foi para Goiás, assim como para o país, uma década de muito investimento e progresso.

Os programas federais que atenderam à Região Centro-Oeste foram: a Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão (Fundepe), visando ao desenvolvimento da pecuária; o Programa de Incentivo ao Calcário (Procal), visando aumentar a utilização do calcário para a correção do solo ácido do Cerrado; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), visando à assistência técnica e ao financiamento para o aumento da produção/produtividade; o Programa de Armazenagem (Pronazem), objetivando a ampliação da capacidade estática de armazenagem de grãos, em polos urbanos e nas propriedades rurais; o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), para a produção de combustível a partir da cana-de-açúcar; o Programa de Polos Agroindustriais e Minerais da Amazônia (Polamazonia), que atendeu ao norte do estado, com as mesmas características do Polocentro, mas com taxas de juros menores.

No aspecto creditício, o então BNDE iniciava a formação de sua rede de crédito através dos bancos de desenvolvimento regionais/estaduais e das carteiras de desenvolvimento nos bancos estaduais comerciais. O Banco do Brasil ampliava, via programas elencados e crédito rural, sua participação no crédito ao Centro-Oeste.

Esses programas conjugados atraíram para Goiás investidores rurais do Sul do Brasil, em especial o gaúcho, que era especializado nos plantios de arroz irrigado e de soja. O desenvolvimento do arroz irrigado no estado se deu através de cooperativas, com

apoio do governo estadual e com suporte creditício do BNDE. Os resultados alcançados, após vinte anos, não foram bons. O que resultou em excelente impacto para a agricultura goiana foi a cultura da soja pelos gaúchos, possuidores de tecnologia própria, que, com seus métodos de produção, influenciaram todos os plantadores do grão, cujas lavouras vêm apresentando excelentes índices de produtividade. De Goiás, o gaúcho continuou sua Marcha para o Oeste rumo a Mato Grosso, tornando esse estado o maior produtor nacional do grão.

O plantio da soja em Goiás resultou na criação da agroindústria da soja, na produção de farelo, óleo, torta e rações, constituindo-se em uma das maiores cadeias agroindustriais e uma das principais na pauta de exportação do estado. A produção estimada da soja para a safra de 2014 é de 8 milhões de toneladas.

Pode-se afirmar que, em termos de rentabilidade, a produção da soja no Centro-Oeste mudou o perfil financeiro da agricultura da região, permitindo o aproveitamento na mesma área de outras culturas, além da rotatividade da lavoura.

Outro programa federal que teve um grande impacto na economia goiana foi o Proálcool. Inicialmente esse programa ficou restrito a poucas unidades agroindustriais. A partir de 1995, em virtude da crise na agroindústria do açúcar no Nordeste, do fato de as lavouras goianas de cana-de-açúcar apresentarem elevados índices de produtividade, além ainda das constantes crises no mercado mundial do petróleo e da decisão do governo federal de permitir a adição de até 25% de etanol na gasolina, houve uma corrida para investir nessa agroindústria no estado.

Goiás se tornou o terceiro maior produtor de cana-de-açúcar do país e, em 2012, contava com 34 agroindústrias em operação e dez unidades em implantação.

Nos últimos dois anos, a agroindústria produtora de etanol no Brasil atravessa crise financeira, em razão de o preço do etanol ser alinhado ao da gasolina, e a política do governo federal

vem sendo controlar os preços dos combustíveis, a fim de evitar um maior impacto nos índices inflacionários. Diante dessa realidade, as unidades em Goiás que estavam em implantação desaceleraram seus programas de investimentos.

Destaque-se que 20% das unidades agroindustriais em operação dispõem de geração própria de energia utilizando o bagaço da cana e vendem o excedente de energia no mercado, fato que reforça a importância desse segmento para a economia estadual.

O Sistema BNDES realiza operações de crédito com Goiás desde a década de 1960, através de contratos de financiamento de infraestrutura, com o governo de Goiás, especialmente no financiamento de rodovias e saneamento. No início da década de 1970, credenciou a Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado de Goiás a realizar operações de repasse de crédito com seus recursos, transferindo depois essas operações para o Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás, constituído em 1976. Com a expansão da rede bancária privada em Goiás, os bancos principais dessa rede se tornaram agentes do Sistema BNDES, constituindo-se na década de 2000 como a maior fonte de recursos financeiros no financiamento de projetos industriais, comerciais e de serviços no estado.

TABELA 7 BNDES – desembolso de recursos para Goiás, em R\$ milhões

Anos	Desembolsos
2005	912,30
2006	1.136,80
2007	2.384,40
2008	4.768,10
2009	5.132,20
2010	4.340,80
2011	4.386,60
2012	3.145,30
2013	5.085,40

Fontes: BNDES e Instituto Mauro Borges.

Para se ter uma ideia da importância desses valores de financiamento à economia goiana, o valor do desembolso do Sistema BNDES em 2013, de R\$ 5 bilhões, conforme mostra Tabela 7, foi mais que o dobro das contratações efetuadas nesse ano pelo FCO (R\$ 2 bilhões) e, na avaliação do autor, representou cerca de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás nesse ano.

Em 1988, a Constituição Federal criou os fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com dotação dos recursos do governo federal baseada no recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda das mencionadas regiões.

O FCO é administrado por um conselho deliberativo, cujo presidente é o ministro da Integração Nacional, e o Banco do Brasil é seu agente financeiro. Vem se constituindo no mais operativo dos fundos, com menor inadimplência e demanda firme por crédito. Esses fundos devem aplicar 50% de seus recursos orçamentários anuais em micro e pequenas empresas, imposição benéfica como suporte do crescimento desse nível de empresas, assim como uma parcela do crédito rural deve ser destinada ao Programa de Agricultura Familiar (Pronaf). O fundo atende à indústria, ao comércio e serviços, ao turismo e às operações rurais e dispõe de uma particularidade essencial para o desenvolvimento da agroindústria no estado quando realiza “operações de crédito integradas”, ou seja, financiando a indústria e seus fornecedores. A finalidade principal do FCO é financiar investimentos, mas também financiar o capital de giro integrado ao investimento e, em ocasiões especiais, o capital de giro puro (ver Tabela 8).

Pode-se concluir que as operações de crédito do Sistema BNDES e o FCO são, na atualidade, fundamentais no financiamento do investimento das atividades produtivas privadas em Goiás, esclarecendo que a Caixa Econômica Federal (CEF) é a principal responsável pelo financiamento do investimento das atividades de construção civil.

TABELA 8 Contratações do FCO, em R\$ milhões

Ano	Contratações
2007	911,6
2008	1.369,4
2009	1.088,5
2010	1.583,0
2011	2.064,4

Fontes: Banco do Brasil e Instituto Mauro Borges.

Em dezembro de 2013, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional para pessoas jurídicas em Goiás era de R\$ 35,9 bilhões, segundo informações disponíveis no *site* do Banco Central, o que representa quase um terço do PIB goiano.

O ciclo moderno da mineração

Os bandeirantes acertaram em suas previsões ao percorrer o estado de norte a sul em busca de minérios, interessados no ouro. Retiraram o que foram capazes, segundo a tecnologia de trabalho da época. Goiás é considerada a terceira maior província mineral do país, e a indústria extrativa se constitui em uma atividade demandante de elevados investimentos, absorvedora de mão de obra e de grande impacto social nos municípios onde se localiza.

Depois de ter contribuído com a pesquisa mineral, através da Metago, desde 1962, o governo de Goiás instituiu, no ano 2000, o Fundo de Incentivo à Mineração visando apoiar ao pequeno e ao médio minerador.

Nos últimos anos, em decorrência da valorização no mercado global das *commodities* minerais, as grandes mineradoras multinacionais trataram de realizar investimentos em pesquisa, em ampliação da capacidade das plantas e na verticalização da produção. O setor mineral, de forma ampla, nos períodos 2007-2012 e 2012-2017, realizou e vai realizar investimentos que de-

vem chegar à ordem de US\$ 3,5 bilhões, segundo a Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan).

A concentração mineral ocorre ao noroeste do estado, mas projetos isolados existem por todo o território.

Apresentam-se na Tabela 9 dados dos principais produtos dessa indústria.

TABELA 9 Principais produtos da indústria mineral – 2012

Produtos	Produção (t)	Participação Brasil (%)	Posição do produto
Amianto crisotila	304,5	100,0	1º
Vermiculita	60,1	84,0	1º
Fosfato	2.049,5	30,4	2º
Níquel	65,1	46,7	1º
Cobre	75,0	33,6	2º
Ouro	11,2	16,8	3º
Nióbio	13,0	15,8	2º

Fontes: Departamento Nacional de Produção Mineral e Instituto Mauro Borges.

Outros produtos minerais são explorados, como titânio, alumínio, calcário para cimento e calcário agrícola, esmeralda, cobalto, água mineral, quartzo, terras raras, rochas ornamentais/ granito, argilas.

No estado, explorando a mineração, estão grandes empresas do setor, como a Votorantim Metais, a Yamana Gold, a Anglo American, Fosfertil e outras.

O aumento das exportações

Em decorrência da grande expansão da produção agropecuária e do novo ciclo da mineração, Goiás passou a participar com maior intensidade do comércio exterior, em especial no aumento de suas exportações de alimentos e minérios e na importação de produtos destinados à diversificação da produção industrial, notadamente para a montagem de veículos, produtos químicos e componentes para fertilizantes.

Os números do crescimento do comércio exterior, expostos na Tabela 10, são impressionantes.

TABELA 10 Comércio exterior, em US\$ milhões

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1994	353,0	149,8	203,1
2000	544,8	374,2	170,5
2005	1.817,3	724,0	1.093,3
2010	4.044,6	4.175,3	(130,6)
2013	7.042,6	4.840,0	2.202,6

Fontes: Instituto Mauro Borges e Secretaria da Indústria e Comércio de Goiás.

O complexo agroindustrial – carnes, couros, soja e derivados, produtos agrícolas – vem respondendo por cerca de 60% das exportações, e o complexo mineral – ouro, ferro níquel, ferro nióbio etc. –, por cerca de 18%.

Os maiores compradores dos produtos goianos são a China, a Holanda (distribuição), a Espanha, os Estados Unidos, a Rússia, a Índia e o Irã. Goiás alcança hoje (2014) mais de cem países. O estado compra em maior quantidade da Coreia do Sul – partes e peças de veículos –; Estados Unidos, Japão, Alemanha e Suíça fornecem matérias-primas químicas, máquinas e equipamentos industriais, fertilizantes, amônia, motores a diesel.

A inserção no comércio global de alimentos obriga a agroindústria goiana a seguir padrões rígidos de qualidade e sanidade.

O mercado consumidor

O deslocamento da fronteira comercial do oeste brasileiro, do Triângulo Mineiro para Goiás, iniciada timidamente nas primeiras décadas do século XX, fortaleceu-se a partir dos anos 1970, quando a industrialização goiana se acelerou. O comércio atacadista e as grandes empresas de distribuição acompanharam esse movimento. Caso típico é a distribuição de medicamentos, que se deslocou para o eixo Goiânia-Anápolis, assumindo

a comercialização para o Norte, o oeste e parte do Nordeste brasileiro. Isso também ocorreu com relação a combustíveis, bebidas, alimentos, vestuário, rações animais, fertilizantes, sal etc. A urbanização da população, a modernização das cidades e a disponibilidade de infraestrutura, principalmente em relação a rodovias, comunicações, sistema bancário etc., fizeram com que Goiás assumisse seu papel na distribuição de bens e serviços, papel esse que vem aumentando significativamente nos últimos anos e que vai crescer ainda mais tendo por base a Plataforma Logística de Goiás, em Anápolis, que vai reunir um entroncamento ferroviário, via ferrovias Norte-Sul e Centro-Atlântica, um entroncamento rodoviário ligando todos os estados brasileiros, um porto seco ativo e em franca expansão, um aeroporto de cargas a ser inaugurado em 2015 e um centro de convenções em frente ao Daia. A Plataforma Logística vai operar através da iniciativa privada e terá à disposição, a partir de 2015, cerca de 4,3 milhões de metros quadrados envolvendo terminais rodoviário e ferroviário, centro de distribuição, aeroporto de carga, polo de serviços tecnológicos. A área destinada à movimentação e armazenagem de cargas terá 779 mil metros quadrados.

O mercado consumidor goiano representado por sua população teve crescimento não só quantitativo (a taxa média geométrica anual no período 2000-2010 foi 1,74%; a do Brasil, 1,11%), mas sobretudo de renda familiar. Esse é o maior estímulo para o estabelecimento dos pequenos negócios, voltados para o mercado local. Goiás e o Distrito Federal representam em 2014 um mercado de 8 milhões de pessoas com uma renda média superior à média nacional, com destaque para o Distrito Federal, que tem a maior renda por habitante do país.

As taxas de empregabilidade em Goiás vêm sendo uma das maiores entre os estados, e a geração líquida de empregos no período 2011-2013, de acordo com dados do Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em termos relativos, foi a terceira do Brasil (ver Tabela 11).

TABELA 11 Saldo do emprego formal

Ano	Total (mil)	Atividades com maior absorção (mil)			
		Serviços	Comércio	Indústria da transformação	Construção civil
2011	69,5	28,9	16,4	11,9	5,9
2012	66,2	26,6	13,3	14,3	3,3
2013	60,8	25,7	14,0	10,8	5,0

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

A qualificação profissional da mão de obra industrial

O processo de industrialização é exigente em termos de qualificação de mão de obra e vem se tornando mais exigente em razão da rápida transformação tecnológica nos processos de produção, hoje controlados eletronicamente. É consenso na sociedade brasileira atual, em todos os níveis sociais e decisórios, que a educação é peça fundamental para uma economia sustentável e para o desenvolvimento do indivíduo. Infelizmente, o Brasil, em termos de comparações internacionais de nível de educação/ensino, encontra-se em uma posição desconfortável. É verdade que o país avançou, e muito, em termos quantitativos, mas está a dever em termos qualitativos.

Em Goiás, os números atestam a diminuição das taxas de analfabetismo, o aumento das matrículas em todos os níveis, em especial na educação profissional, e o crescimento acelerado das instituições de ensino superior e de seus alunos. Reconhece-se a qualidade do trabalho de duas instituições privadas no ensino profissional, que são o Senac e o Senai. Ambas, em nível de Brasil, são elogiadas pela *performance* que vêm apresentando ao longo dos anos pelos seus departamentos nacionais. São

instituições ligadas aos sistemas das confederações do comércio e da indústria e, em seus estados respectivos, às federações.

TABELA 12 Taxas de analfabetismo – 2011

Idade	Goiás	Brasil
10 anos ou mais	6,60	7,90
15 anos ou mais	7,17	8,59

Fontes: IBGE e Instituto Mauro Borges.

A urbanização acelerada de Goiás (93%) facilitou um maior controle e combate ao analfabetismo. As taxas do país são “empurradas para cima” em razão das taxas observadas nas regiões Norte e Nordeste. As taxas do Centro-Oeste, 5,78% e 6,34%, são menores do que as de Goiás, que tem a influência do Distrito Federal (ver Tabela 13).

TABELA 13 Goiás – número de matrículas em educação profissional, nível médio e educação superior

Ano	Profissional	Superior
2005	10.281	140.034
2012	18.124	194.616

Fontes: IBGE e Instituto Mauro Borges.

Em 2011, funcionavam em Goiás 82 instituições de ensino superior, promovendo mais de mil cursos. Dentre as instituições de ensino superior, destacam-se a Universidade Federal de Goiás (UFG), a PUC-GO, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e as faculdades técnicas do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), do Senac e do Senai.

O Senac, desde 2007, vem mantendo os cursos superiores de Tecnologia de Produção Multimídia, Tecnologia em Jogos Digitais, Design Gráfico, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão Tecnológica da Informação e Segurança da Informação.

O Senai, desde a constituição de sua primeira escola em Goiás, em 1952, vem sendo o principal responsável para suprir a indústria goiana de mão de obra qualificada.

Seu desempenho nessa tarefa merece registro, realizado na Tabela 14.

TABELA 14 Produção em educação profissional – Senai

Atendimentos	Produção							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alunos (mil)	49,5	61,7	76,8	105,1	113,5	123,5	142,8	202,1

Fonte: Senai.

A produção compreendeu as seguintes atividades: formação inicial e continuada, com 184,6 mil; a educação profissional técnica de nível médio, com 15,9 mil; e a educação superior, com 1,5 mil. Nessa produção, está incluído o “Ensino a Distância”, que abrangeu cursos nas modalidades de iniciação, qualificação e aperfeiçoamento profissional, habilitação técnica e educação continuada.

No Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, o Senai atendeu a 99 municípios goianos, 40% do total, com 21,7 mil matrículas.

O Senai-Goiás está inserido no Programa de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Senai Nacional, com apoio financeiro do BNDES, através da implantação de três institutos tecnológicos que oferecerão serviços nas áreas de alimentos, automação industrial e química industrial.

Dispõe a entidade de laboratórios técnicos que prestam serviços para a indústria da construção, indústria gráfica, indústria química, indústria de confecções, além de conveniar com empresas para treinamento no “chão de fábrica”.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos dos cursos do Senai, no Brasil, do qual participam 24 estados, avalia a aceitabilidade do mercado de trabalho para os alunos egressos da entidade. Os resultados para o período 2011-2013 foram os expostos na Tabela 15.

TABELA 15 Alunos egressos dos cursos do Senai

Nível de capacitação	Taxa de ocupação (%)	
	Goiás	Brasil
Cursos técnicos básicos	80	74
Cursos técnicos amplos	87	-
Aprendizagem básica	52	51
Qualificação profissional	68	49

Fonte: Senai-GO.

Em razão da velocidade do crescimento da indústria goiana, de sua diversificação e da necessidade de recursos humanos preparados, pesquisas realizadas no setor industrial apontam que a qualificação da mão de obra continua sendo um dos requisitos básicos da indústria para continuar se desenvolvendo.

É consenso nos sindicatos da indústria, nos sindicatos dos trabalhadores na indústria, entre os alunos e ex-alunos e na sociedade que o nível de qualidade do ensino do Senai é um dos melhores do estado. O que está faltando ao estado, ao Senai e ao Brasil é a disponibilidade de mais recursos para investir na educação técnica.

CONCLUSÃO

Pode-se afirmar, hoje, em 2014, que Goiás se tornou um estado industrializado?

Antes da resposta, faz-se necessário acrescentar um dado significativo, que é a contribuição de cada setor econômico para a formação do Produto Interno. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás feito para o governo do período 1962-1965, em seu tema I (Análise da Estrutura Econômica do Estado), apresenta as relações estruturais da economia, no período 1949-1958. Foi calculada a média das participações dos setores nessas relações, encontrando os números indicados na Tabela 16.

TABELA 16 Participação dos setores nas relações estruturais da economia, em %

Período	Agricultura	Indústria	Serviços
1949-1958	57,6	8,2	34,2

Fontes: Segplan, Instituto Mauro Borges e Governo de Goiás.

Verificando uma série histórica da participação percentual do PIB de Goiás no PIB Brasil, de 1960 até 1994, essa contribuição evoluiu ao longo do tempo, em uma prova de que o estado veio aumentando sua parcela na produção nacional, acima da média, embora os índices percentuais variassem em razão da estrutura da economia, baseada na produção agropecuária, cujos preços oscilam mais do que nos setores Industrial e de Serviços. Nos últimos dez anos do período mencionado, o índice médio da participação foi de 1,79%. Em 1995-1998, esse índice se aproximou de 2,0% e não mais oscilou para baixo; pelo contrário, subiu sua média para 2,3% até 2013. Nos últimos cinco anos, ou seja, de 2009 a 2013, esse índice persegue uma participação próxima de 2,5%, colocando Goiás como o nono estado brasileiro em produção.

Nesse extenso período de 53 anos, é incontestável que a economia goiana cresceu acima da média do país, conforme demonstram os números. Entre 1995 e 2011, o índice real de crescimento foi de 97,6%. O período de intensificação do índice de participação foi 1998, o ponto de inflexão, ano a partir do qual a indústria goiana acelerou seu crescimento agroindustrial. Dois pontos de referência são importantes, a implantação da Perdigão, hoje Brasil Foods, e, com seu exemplo, a expansão contínua da Cooperativa Comigo, ambas situadas em Rio Verde, sudoeste do estado.

Para demonstrar a evolução da indústria goiana no período 2003-2013, compararam-se as taxas de crescimento com a média nacional e a posição do estado em relação a outros 13 estados pesquisados. Os resultados estão apontados na Tabela 17.

TABELA 17 Evolução da indústria goiana

Anos	Taxa de crescimento PIB industrial		Posição Goiás/Brasil
	Goiás	Brasil	
2003	4,56	0,05	3º
2004	8,40	8,30	8º
2005	3,23	3,09	7º
2006	2,41	2,82	8º
2007	2,33	6,02	10º
2008	8,51	3,10	2º
2009	(7,75)	(7,38)	(9º)
2010	17,13	10,44	2º
2011	6,80	0,35	2º
2012	3,83	(2,68)	2º
2013	5,66	2,26	5º

Fonte: IBGE.

Nesses 11 anos, a única taxa negativa apresentada pela indústria goiana foi na crise de 2009, quando todos os 13 estados participantes da pesquisa tiveram taxas negativas.

Em razão do progresso contínuo da indústria nos últimos vinte anos, sua participação no produto interno goiano avançou – uma prova de que seus índices de crescimento, na média, foram superiores aos dos outros dois setores.

Para exemplificar, no período 2002-2005, em Goiás, a taxa média de crescimento na indústria foi 6,57%; no setor primário, 3,05%; e no setor serviços, 3,82% [Goiás (2007)].

Comparando-se períodos que envolvem a mudança da capital de Goiás para Goiânia e a construção e mudança da capital federal para Brasília e os seguintes com as taxas médias geométricas de crescimento de Goiás, do Centro-Oeste e do Brasil, obtêm-se os números explicitados na Tabela 18. Interessante observar nos números como as construções das duas capitais influenciaram nas taxas de crescimento nos períodos 1940-1950, 1950-1960 e 1960-1970. Para uma análise correta desses valores, é necessário levar em consideração as crises de 1973, 1988 e 2008.

TABELA 18 Comparação das taxas médias geométricas de crescimento – 1940-2010

Períodos	Taxas médias geométricas de crescimento		
	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1940-1950	3,93	3,27	2,34
1951-1960	4,65	5,41	3,04
1961-1970	4,38	5,60	2,89
1971-1980	2,77	4,05	2,48
1981-1990	0,37	2,04	1,93
1991-1996	2,36	2,18	1,36
1996-2000	2,60	2,60	1,97
2000-2010	1,84	1,91	1,17

Fonte: Seplan/Seplin.

A Tabela 19 exhibe a nova relação estrutural da economia goiana.

TABELA 19 Nova relação estrutural da economia

Anos	Estrutura econômica PIB %			Total
	Agricultura	Indústria	Serviços	
1995	13,9	20,4	65,7	100
2000	14,0	24,0	62,0	100
2005	13,4	26,0	60,6	100
2010	14,1	26,6	59,3	100

Fontes: Segplan, Instituto Mauro Borges e Governo de Goiás.

A tendência mundial das relações estruturais na economia para a formação do PIB é o setor serviços avançar em relação aos outros.

Nos países desenvolvidos, a média de participação da indústria no total do PIB é 13%. No Brasil, a queda dessa participação vem ocorrendo com muita rapidez, em razão do baixo crescimento do setor industrial. Há trinta anos, esse setor participava, em média, com 30% do produto. Em 2013, essa participação caiu para 15%, o que deixa os analistas econômicos preocupados com o futuro da indústria.

Em Goiás, a indústria continua aumentando sua participação no produto, tendo como suporte desse crescimento: (a) a agroin-

dústria, que vem se beneficiando da elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional; (b) a entrada em operação de grandes projetos da indústria extrativa mineral, ocorrendo em alguns casos a verticalização da produção, fato que aumenta o valor adicionado da produção local; (c) o desempenho do setor farmoquímico – Goiás é o quarto polo de produção de medicamentos do país e o segundo na produção de medicamentos genéricos; (d) a expansão contínua da produção e aumento das linhas de montagem das montadoras Caoa/Hyundai e MMC/Mitsubishi; (e) o aumento da construção civil e sua cadeia de suprimentos apoiada pelo crédito da CEF e de bancos privados; (f) o aumento do crédito de longo prazo para as pequenas e médias empresas através do FCO e do Sistema BNDES; (g) a formalização de empresas micros e pequenas; (h) o trabalho incansável do governo de Goiás e das entidades empresariais, no país e no exterior, para atração de investimentos.

Apresenta-se, para se chegar à conclusão definitiva, um último dado: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é composto de três variáveis, longevidade, educação e renda. Goiás situa-se um pouco acima da média nacional, mas demonstrou notável crescimento no quesito educação.

Em conclusão, pelos fatos, pelos números, pelas posições em relação ao Brasil e pela participação para a formação do produto interno, pode-se afirmar que Goiás é um estado industrializado. Essa afirmação não tem caráter permanente, mas assegura que o processo de industrialização em Goiás está sendo um caso de sucesso. Sua continuidade vai depender de variáveis endógenas e exógenas, intra e extraeconomia, em um mercado global no qual as flutuações de preços, em especial das *commodities* minerais e agrícolas, vêm sendo bastante influenciadas pelos fundos financeiros.

É importante que o governo de Goiás mantenha sua política econômica e industrial baseada na atração de investimentos, na qual os incentivos desempenham um papel fundamental; que as

investimentos na infraestrutura física e social do estado mantenham um ritmo capaz de suportar a demanda; e que o crédito de longo prazo continue fluindo, via FCO e Sistema BNDES, para dar sustentabilidade à expansão econômica do estado.

REFERÊNCIAS

ESTEVAM, L. *O tempo da transformação*. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

GOIÁS. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Goiás em Dados 2007*. Edição bilíngue. Goiânia: Seplan, 2007.

PINTO, V. N. *O ouro brasileiro e o comércio português*. CEN/MEC, 1979.

Sites consultados

BANCO CENTRAL – <www.bcb.gov.br>.

SECRETARIA DA CULTURA DE GOIÁS – <www.secult.go.gov.br>.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, A. A. *Súmula de história de Goiás*. Goiânia: Unigraf, 1982.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – Governo Mauro Borges Teixeira, 1961*. Goiânia, 1961.

_____. *Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos*. Goiânia: SIC, 1971.